OEA/Ser.W

CIDI/doc.372/23 rev.2

3 fevereiro 2023

Original: inglês

**PLANO DE TRABALHO PARA AS REUNIÕES**

**DO CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL**

**PARA O PERÍODO JANEIRO-JUNHO 2023 (CIDI)**

(Aprovado na reunião ordinária de 2 de fevereiro de 2023)

**INTRODUÇÃO**

O Peru atuará como Presidente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) no período de janeiro a junho de 2023 e, durante seu mandato, priorizará a questão da mudança do clima na discussão e atenção do Conselho. Em outubro, o CIDI realizará a Reunião de Ministros do Desenvolvimento Sustentável, que, tendo sido adiada de 2019, sofreu outro adiamento com o início da pandemia. Consequentemente, propõe-se que as reuniões do CIDI para o primeiro semestre comecem a lançar as bases para esta reunião que é a mais importante para a região, proporcionando aos Estados membros a oportunidade de colocar na mesa questões críticas que os afetam no que se refere às alterações climáticas.

Todos os Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) são impactados pela mudança do clima e pelas ameaças ao seu desenvolvimento sustentável. É necessário que os Estados membros da OEA projetem e implementem urgentemente políticas, estratégias e soluções pragmáticas para enfrentar sua vulnerabilidade aos impactos climáticos e reduzir suas contribuições às emissões de gases de efeito estufa – a principal causa da mudança do clima. Soluções inovadoras possíveis de ser implementadas em base nacional, sub-regional e regional podem apoiar os esforços de adaptação e mitigação das causas da mudança do clima e estimular o desenvolvimento sustentável em todas as Américas.

Na Quarta Reunião Ministerial sobre Desenvolvimento Sustentável, os Estados membros se reunirão para considerar áreas estratégicas de ação frente às crescentes ameaças e às oportunidades em expansão no enfrentamento dos desafios da mudança do clima.

Os representantes permanentes junto à OEA serão incentivados a compartilhar a visão de seus países quanto ao crescimento econômico, às oportunidades e aos desafios à sua consecução e quanto às medidas necessárias em nível regional para apoiar o desenvolvimento sustentável, resiliente e inclusivo. Cada sessão começará com uma breve introdução ao assunto técnico, seguida de uma discussão entre os Estados membros, facilitada pelo Presidente. Em suas deliberações, os Estados membros poderão elaborar e chegar a um consenso em relação aos tipos de serviços que a SEDI deve oferecer para promover o desenvolvimento sustentável nas Américas.

O plano de trabalho proposto pelo CIDI é consistente com a importância atribuída ao desenvolvimento sustentável pelos governos das Américas, principalmente na Nona Cúpula das Américas, realizada em Los Angeles em 9 de junho de 2022. Naquela ocasião, os Chefes de Estado e de Governo das Américas concordaram em buscar “Nosso Futuro Verde Sustentável”.[[1]](#footnote-2) Seu compromisso aprofunda o da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do clima do Reino Unido 2021 (COP-26), expresso na Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra, e é um apelo enfático para se reduzir as emissões de gases de efeito estufa, aproveitar o papel dos oceanos e de outros corpos de água para acelerar a mitigação e a adaptação à mudança do clima, fortalecer a cooperação regional para ajudar os governos e construir resiliência, além de promover a produção e o consumo responsáveis e sustentáveis.[[2]](#footnote-3) Na mesma linha, os Chefes de Estado e de Governo das Américas reunidos em Los Angeles também se comprometeram a acelerar “a transição energética, limpa, sustentável, renovável e justa”[[3]](#footnote-4) como a ação mais eficaz para se manter o aumento da temperatura média global bem abaixo dos 2°C acima dos níveis pré-industriais e prosseguir nos esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

No plano global, em 20 de novembro de 2022, na Vigésima Sétima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do clima (COP 27), as Partes reconheceram “a necessidade urgente e imediata de recursos financeiros novos, adicionais, previsíveis e adequados para ajudar os países em desenvolvimento particularmente vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima em resposta a perdas e danos econômicos e não econômicos associados aos efeitos adversos da mudança do clima, incluindo eventos climáticos extremos e eventos de início lento, especialmente no contexto de ações em andamento e *ex post* (incluindo reabilitação, recuperação e reconstrução)”.[[4]](#footnote-5) As partes decidiram “estabelecer novos mecanismos de financiamento para ajudar os países em desenvolvimento particularmente vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima na resposta a perdas e danos, inclusive com foco no enfrentamento de perdas e danos, fornecendo e ajudando na mobilização de recursos novos e adicionais, e que esses novos mecanismos complementem e incluam fontes, fundos, processos e iniciativas no âmbito da Convenção e do Acordo de Paris e fora dele”.[[5]](#footnote-6)

As reuniões incluirão apresentações com diálogo interativo, facilitado pelo Presidente, com os peritos convidados e os Estados membros. As discussões serão orientadas por uma nota conceitual.

**Estrutura DE reuniões do CIDI PARA o PRIMEIRO semestre de 2023**

O primeiro semestre de reuniões do CIDI será estruturado como uma série de discussões entre delegações dos Estados membros, especialistas e parceiros importantes em torno de iniciativas concretas sobre o desenvolvimento sustentável.

**Proposta de agendamento de reuniões do CIDI PARA JANEIRO-JUNHO** **2023**

**2 de fevereiro de 2023:** **Questões Processuais**

- Apresentação do Projeto de Plano de Trabalho das reuniões do CIDI para o período janeiro-junho de

2023

- Apresentação do Relatório Anual da SEDI 2022 ao CIDI

- Procedimentos relativos às Reuniões Ministeriais e Setoriais do CIDI

**28 de fevereiro de 2023: Descarbonização nas Américas – Energia e soluções baseadas na natureza**

A geração e o consumo de energia elétrica e o transporte são as principais fontes de emissões de gases de efeito estufa. Os países que procuram reduzir sua pegada de carbono e descarbonizar o setor energético têm a sua disposição um conjunto de políticas que, se forem implantadas com sucesso, poderão reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito estufa.

Embora a América Latina e o Caribe tenham feito progressos consideráveis na descarbonização do setor de energia, os países continuam fortemente dependentes de mercados de petróleo altamente voláteis[[6]](#footnote-7) e de subsídios a combustíveis.[[7]](#footnote-8) Uma das maneiras de um país melhorar a segurança energética, aprimorar o balanço de pagamentos e alcançar uma gestãofiscal mais equilibrada é aumentar a participação das energias renováveis na matriz energética nacional. Acelerar a adoção de tecnologias de energia renovável reduz a dependência das importações de petróleo, cria oportunidades de emprego e reduz as emissões de gases de efeito estufa.

Para além da implantação de soluções de energias renováveis, a descarbonização efetiva da economia exige grandes esforços para melhorar a eficiência energética nas residências, empresas e indústrias. A eficiência energética é uma forma rentável de combater as alterações climáticas, reduzir os custos da energia e melhorar a competitividade. A eficiência energética é também essencial para se alcançar emissões líquidas zero. A conservação de energia reduz a necessidade de investimentos futuros, libera capital e cobertura dos riscos de combustível, aumenta a competitividade e apoia o planejamento de recursos a longo prazo. A maioria dos países da América Latina e do Caribe contempla metas de eficiência energética como parte de suas convenções nacionalmente determinadas no âmbito do Acordo de Paris.

No que diz respeito ao setor de transportes, de acordo com dados do Banco Mundial na América Latina e no Caribe 35% das emissões de gases de efeito estufa relacionadas à combustão de combustível são provenientes de veículos com motor de combustão interna – muito acima da média global de 22%. Por outro lado, o número de passageiros de transporte público da região é um dos mais altos do mundo. A eletrificação do transporte público traria enormes ganhos transformacionais em termos de redução das emissões de gases de efeito estufa, ao mesmo tempo em que ajudaria os países a cumprir suas contribuições nacionalmente determinadas no âmbito do Acordo de Paris.

Do ponto de vista da inovação tecnológica, o hidrogênio verde está se mostrando uma grande promessa, à medida que um número crescente de países da região está se preparando para produzir hidrogênio limpo, impulsionado por seus abundantes recursos de energia renovável, pela necessidade de descarbonizar suas economias e pelo enorme potencial de exportações de hidrogênio.

Além disso, as soluções baseadas em ações são práticas sustentáveis de gestão e engenharia que entrelaçam processos naturais no ambiente construído para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. As florestas capturam carbono e o bloqueiam, os oceanos absorvem o calor do aquecimento induzido pelo homem, as zonas úmidas criam barreiras naturais a tempestades mais frequentes e intensas e as comunidades dependem dos recursos da Terra para prosperar. Pesquisas recentes indicam que as soluções baseadas na natureza poderiam fornecer “cerca de 30% da mitigação econômica” necessária até 2030 para estabilizar o aquecimento global abaixo do limite de 2°C.[[8]](#footnote-9)

Esta sessão discutirá maneiras como os Estados membros podem acelerar a transição energética com o objetivo de se tornarem neutros em carbono até 2050, notadamente por meio do financiamento climático e do envolvimento do setor privado. Os resultados da sessão contribuirão para a discussão de apoio à formulação da agenda da Quarta Reunião Ministerial de Desenvolvimento Sustentável.

As perguntas dos Estados membros incluirão:

1. Que mecanismos devem ser promovidos para acelerar a transição para a energia limpa?
2. Que soluções baseadas na natureza podem ajudar a reduzir o custo do combate às alterações climáticas?
3. Que tipos de parcerias ou incentivos políticos podem ser implantados para acelerar a mobilidade elétrica na região?
4. A geração e a exportação de hidrogênio para a Europa e a Ásia podem se tornar uma fonte de receita para a região?

**28 de março de 2023:** **Ciência e dados para a tomada de decisões, resiliência e gestão de risco de desastres**

Todas as pessoas enfrentam ameaças naturais e provocadas pelo homem, como os desastres. Hoje, a mudança do clima está cientificamente associada à escassez de água e a desastres naturais compostos, incluindo furacões, inundações, incêndios florestais, ondas de calor e eventos climáticos extremos. As Américas continuam sendo uma das regiões mais propensas a desastres do mundo, deixando os cidadãos expostos a vários desastres de início rápido e a um constante estado de luta. Embora estejam dispostos a reforçar a cooperação em matéria de redução do risco de catástrofes, em especial através da aplicação do Quadro de Sendai, os Estados membros entendem que isso não será suficiente e que precisam construir uma abordagem integrada para aumentar a resiliência.

À medida que a frequência e a intensidade dos fenômenos meteorológicos extremos aumentam, os Estados membros devem contemplar, nos seus processos de planejamento, ações para reduzir os impactos de eventos catastróficos na economia e nas pessoas, com a mente de proteger os grupos mais vulneráveis, especialmente as mulheres, os idosos, as pessoas com deficiência, os jovens e os pobres.

A vulnerabilidade nunca é distribuída uniformemente, sobretudo quando se consideram fatores como as mudanças dinâmicas no ambiente natural, a alta taxa de urbanização da região (80% da população reside em áreas urbanas), a degradação ambiental e a sobrecarga não planejada das cidades com infraestrutura envelhecida e muitas vezes inadequada. Esse contexto sublinha a necessidade de se reforçar as capacidades de gestão do risco de catástrofes.

Além disso, o conceito de *smart cities* é caracterizado por inovações digitais e pelo uso de modernas tecnologias de comunicação, que permitem novas capacidades para a avaliação do impacto de desastres naturais e da resposta proporcionada por determinada solução, que contribuem para mitigar os impactos nos desastres naturais causados pela mudança do clima e conseguir uma recuperação mais rápida e eficiente após uma emergência.

Para mitigar os desastres e a eles responder, é necessário projetar estratégias abrangentes e modelos de intervenção que permitam que a gestão de risco seja abordada pelo governo em vários níveis, com ênfase especial na esfera urbana, considerando-se ainda medidas intersetoriais que são elementos-chave para tornar as cidades mais resilientes. No entanto, apesar da grande quantidade de informações disponíveis hoje, a capacidade de análise e interpretação para a tomada de decisão e a identificação de cursos de ação apropriados ainda é limitada.

Esta sessão apresentará o relatório da primeira Conferência da OEA sobre Ciência e dados para a tomada de decisões sobre DRM no Caribe, realizada em Dominica em outubro de 2022. O relatório apresentará áreas prioritárias de ação, bem como as parcerias multissetoriais necessárias nos níveis internacional, regional e nacional para a construção e o compartilhamento de dados críticos para orientação da tomada de decisões nos níveis de formulação de políticas e programação. A sessão se concentrará em iniciativas, planos, estudos e políticas dos Estados membros para promover o uso de informações e tecnologias com vistas a mitigar e responder a desastres, bem como oportunidades para fortalecer suas capacidades de gestão de risco, à medida que a região empreende ações significativas para enfrentar a crise climática, e informará o processo preparatório para a Quarta Reunião de Ministros do Desenvolvimento Sustentável.

As perguntas dirigidas aos Estados membros incluirão:

1. Como a ciência e os dados podem melhorar a formulação e a implementação de políticas e estratégias eficazes e adaptativas para um desenvolvimento resiliente e sustentável?
2. Que dados críticos são necessários e como podem ser usados em um contexto prático?
3. Existem exemplos de boas práticas na tomada de decisões baseadas na ciência?
4. Quais são as principais recomendações para o desenvolvimento de capacidades e o fortalecimento institucional a curto, médio e longo prazos?
5. Que recursos, ferramentas e tecnologias podem ser implantados para melhorar a tomada de decisões sobre a gestão e resiliência do risco de desastres?

**25 de abril de 2023: Financiamento climático (inovação) – Entendendo o Fundo de Perdas e Danos**

Nas reuniões do CIDI no primeiro semestre de 2023, as delegações conheceram e discutiram a situação em que a conjuntura ambiental, econômica, social e política em todo o mundo – e em especial nas Américas – está ameaçada pela realidade da mudança do clima. Para enfrentar os desafios das alterações climáticas, temos de: 1) abrandar o ritmo do aquecimento, reduzindo as emissões/liberação de gases do efeito de estufa – mitigação; e 2) reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência das nossas populações aos efeitos inevitáveis das alterações climáticas – adaptação.

Houve alguns desenvolvimentos positivos na redução da lacuna de escassez em relação ao financiamento climático. Na COP-27, concluída recentemente, os países chegaram a um consenso sobre um fundo inovador de “perdas e danos” para apoiar os países vulneráveis aos impactos climáticos. Os níveis de financiamento e operacionalização deste fundo serão definidos na próxima COP-28, no final de 2023. No entanto, muitas questões permanecem sem solução, como as relacionadas ao papel da região da ALC no processo de negociações, os mecanismos a serem utilizados para a implementação e a padronização dos procedimentos e a transparência para catalisar o tão necessário apoio financeiro em nossa região.

O desafio para todos os países, especialmente aqueles em desenvolvimento, é que os investimentos em mudanças para cumprir os compromissos de mitigação e adaptação são caros. De fato, na COP-27 da UNFCCC no Egito, foi relatado que os países em desenvolvimento sozinhos precisam de um financiamento externo combinado de US$ 1 trilhão por ano para atingir as metas estabelecidas em suas contribuições nacionalmente determinadas (NDCs). Esse financiamento, para além das despesas próprias dos países, é necessário para coisas como a redução das emissões, a resolução de catástrofes mortais e a recuperação da natureza.[[9]](#footnote-10)

A ação climática – atividades concebidas para atenuar a mudança climática e a ela adaptar-se – requer investimentos financeiros significativos, e é aqui que entra o financiamento climático. Um dos principais desafios que os países enfrentam é aumentar a escala e o ritmo dos fluxos de financiamento climático. Isto é particularmente verdadeiro para os países em desenvolvimento com espaço fiscal limitado para a redução do risco do investimento do setor privado na mitigação e adaptação à mudança do clima.

Para atender às necessidades substanciais do mundo de investimento na ação climática, o financiamento privado deve desempenhar um papel fundamental. Exemplos de financiamento privado para o clima incluem empréstimos e títulos vinculados à sustentabilidade, empréstimos e títulos verdes e investimentos diretos em projetos benéficos para o clima.[[10]](#footnote-11)

O acesso ao financiamento climático é um grande obstáculo para a maioria dos países da América Latina e do Caribe, em especial para os mais vulneráveis e menos desenvolvidos. A reunião auxiliará na preparação do Quarto Processo de Planejamento Ministerial de Desenvolvimento Sustentável e do Plano Interamericano de Ação Climática, que será desenvolvido pela CIDS. Além disso, a sua reunião será um espaço para os Estados membros compartilharem suas prioridades de ação no que diz respeito aos mecanismos de financiamento climático atuais e conhecerem as suas expectativas e ambições no tocante ao novo mecanismo proposto, o “Fundo de Perdas e Danos”.

As perguntas dos Estados membros incluirão:

1. Com base nas experiências de seu país, como os Estados membros podem aumentar a sua quota e capacidade de financiamento e investimento em matéria de clima?
2. Como a região da ALC pode assegurar a estabilidade dos fluxos de financiamento climático e uma maior transparência e participação com os instrumentos de financiamento existentes?
3. Qual você acha ser o papel da América Latina e do Caribe na formação de estratégias de financiamento climático? A OEA pode ter um papel de financiamento na arena climática em nível regional?

**30 de maio de 2023: Mudança do clima e água – Segurança hídrica na crise climática**

A América Latina possui abundantes recursos hídricos, que representam 31% das reservas mundiais de água doce. No entanto, muitas áreas da região estão sendo afetadas por flutuações induzidas pela mudança do clima nos padrões de precipitação, como megassecas e eventos climáticos extremos.[[11]](#footnote-12) As alterações climáticas estão exacerbando a variabilidade dos ciclos hidrológicos, levando a fenômenos meteorológicos extremos que enfraquecem a capacidade das pessoas de gerir os impactos de fenômenos como secas ou inundações, reduzindo a previsibilidade da disponibilidade de recursos hídricos, degradando a qualidade da água e ameaçando o desenvolvimento sustentável, a biodiversidade e o acesso à água potável segura e ao saneamento em todo o mundo.

As alterações climáticas estão também afetando os sistemas de abastecimento de água e os seus diferentes usos produtivos. O acesso a água potável, saneamento adequado e higiene são essenciais para a saúde e o bem-estar humanos, levando-se em conta que hoje mais de 166 milhões de pessoas[[12]](#footnote-13) (26% da população da ALC) não têm acesso adequado à água potável segura. Além disso, a água é necessária para a produção industrial, de alimentos e de energia, que estão intimamente relacionados e conflitam entre si quando mal geridos. E como o acesso a serviços de água potável e saneamento seguros, acessíveis e confiáveis são direitos humanos básicos, os riscos anteriores declarados e a insegurança hídrica em nossa região são exacerbados devido à baixa taxa de investimento no setor de água e saneamento.

O fortalecimento da agenda de recursos hídricos transfronteiriços da região é uma prioridade, considerando-se os impactos da mudança do clima, do aumento da escassez de água e da crescente demanda por água. A região tem 67 bacias hidrográficas internacionais que cobrem aproximadamente 50% de suas terras, e grande parte das atividades econômicas da região depende de recursos hídricos transfronteiriços; portanto, essa dependência econômica e hidrográfica de corpos de água compartilhados exigiria uma abordagem abrangente a todas as bacias. Os recursos hídricos transfronteiriços dependem da cooperação entre diferentes países. Para tanto, é necessário promover o diálogo, a diplomacia e o desenvolvimento de acordos entre países. Neste sentido, a OEA tem desempenhado um papel fundamental no apoio aos Estados membros e no desenvolvimento de mecanismos para promover a cooperação mútua na gestão sustentável da água transfronteiriça.

Uma abordagem integrada e sustentável da gestão do clima e dos recursos hídricos traz benefícios substanciais e deve ser devidamente levada em conta na elaboração e no planejamento de políticas climáticas nos níveis nacional e regional.

Reconhecendo o papel essencial da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) e o poder transformador que o acesso à água potável representa para o bem-estar humano e como parte do processo preparatório para a reunião ministerial, esta reunião identificará áreas prioritárias de ação em que fomentar a governança, o financiamento e formas inovadoras de promover a segurança hídrica na crise climática nas Américas.

As perguntas dos Estados membros incluirão:

1. Quais são os temas ou as áreas de ação prioritárias que seu país encontra para promover a segurança hídrica na crise climática para o próximo século?
2. O financiamento é essencial para uma boa governança da água. Que exemplos pode dar em que o setor público e o setor privado trabalham em conjunto para conseguir o financiamento adequado para projetos em matéria de gestão hídrica sustentável e mudança do clima? Quais são os incentivos e que mecanismos estão sendo implementados no seu país que promovem o investimento privado e público no setor da água?
3. A cooperação multinacional é importante para a ação climática e a gestão da água. Que prioridades de ação seu país identifica para promover a cooperação transfronteiriça em água no cenário climático atual?

**13 de junho de 2023: Mudança do clima e pobreza – Impactos e soluções multidimensionais**

Erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares até 2030 é um dos objetivos fundamentais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Entre 2015 e 2018, a pobreza global continuou seu declínio histórico, com a taxa de pobreza global caindo de 10,1% em 2015 para 8,6% em 2018. Com o início da pandemia de covid-19, a taxa de pobreza global aumentou acentuadamente de 8,3% em 2019 para 9,2% em 2020, revertendo o progresso em cerca de três anos.

Na América Latina e no Caribe, a produção caiu 7%, a pior de qualquer região monitorada pelo FMI.[[13]](#footnote-14) No ano passado, 32,1% da população da região (equivalente a 201 milhões de pessoas) caiu abaixo da linha da pobreza, enquanto a pobreza extrema passou a afetar 13,1% (82 milhões).[[14]](#footnote-15)

Junto com isso, a mudança climática está se tornando uma ameaça crescente que aprofunda a divisão social, exacerba a desigualdade e empurra milhões para a pobreza. As pessoas, as comunidades rurais e os povos indígenas empobrecidos são sempre os mais afetados pelos efeitos adversos da mudança do clima. Por exemplo, em novembro de 2021, dois furacões massivos que atingiram a América Central – Eta e Iota – viraram de cabeça para baixo a vida de milhões de pessoas, destruindo suas raízes e obrigando-as a buscar um futuro melhor em outro lugar.

O Banco Mundial estima que a mudança climática pode empurrar 3 milhões de pessoas para a pobreza a cada ano na América Latina e no Caribe até 2030. [[15]](#footnote-16) Isso afeta as pessoas nas cidades, nas áreas rurais e ao longo das costas e das áreas baixas, onde furacões e outros perigos são uma ameaça crescente. Para superar muitos desses desafios e evitar a queda de milhões de pessoas na pobreza, devem ser priorizados investimentos críticos em resiliência e apoio econômico para as comunidades urbanas, rurais e indígenas mais pobres. As recentes COPs da UNFCCC abordaram essas questões, mas muitos esforços ainda precisam ser ativados e faltam soluções de base regional.[[16]](#footnote-17)

Uma parte do processo preparatório para a sessão ministerial permitirá uma discussão especializada sobre os desafios e as oportunidades de se tirar as pessoas da pobreza e de como se evitar que as comunidades mais pobres da região sofram as consequências mais extremas das alterações climáticas.

As perguntas dos Estados membros incluirão:

1. Como os riscos climáticos elevados e os impactos potenciais de desastres naturais afetaram as comunidades mais pobres e vulneráveis da região?
2. Que questões não foram adequadamente abordadas para melhorar o crescimento econômico e a prosperidade compartilhada?
3. Os governos aplicam metodologias direcionadas para abordar o nexo entre a mudança climática e a pobreza? Quais são os desafios mais críticos em sua aplicação em toda a região?
4. Reconhecendo que novas tecnologias para a avaliação de riscos foram desenvolvidas, seu país está atualmente envolvido com essas instituições de base científica para estabelecer padrões de segurança e melhor planejamento em seu país?

CIDRP03759P01

1. . Nona Cúpula das Américas, Nosso Futuro Verde Sustentável, 9 de junho de 2022, Los Angeles, Estados Unidos. [↑](#footnote-ref-2)
2. . [Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra – Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-26) na SEC – Glasgow 2021 (ukcop26.org)](https://ukcop26.org/glasgow-leaders-declaration-on-forests-and-land-use/) [↑](#footnote-ref-3)
3. . Nona Cúpula das Américas, Acelerando a Transição Energética, Limpa, Sustentável, Renovável e Justa, 9 de junho de 2022, Los Angeles, Estados Unidos. [↑](#footnote-ref-4)
4. . Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Sharm el-Sheikh, Egito, 20 de novembro de 2022, Disposições de financiamento para responder a perdas e danos associados aos efeitos adversos das alterações climáticas, com foco na abordagem de perdas e danos, Decisão-/CP.27 -/CMA.4, Vigésima Sétima Sessão (versão antecipada não editada). [↑](#footnote-ref-5)
5. . Ibid. [↑](#footnote-ref-6)
6. . Atualmente, o setor de energia da América Latina e do Caribe é dominado por combustíveis fósseis, que representam cerca de 70% do fornecimento total de energia primária, enquanto os 30% restantes provêm de fontes renováveis. Em termos de capacidade instalada, os combustíveis fósseis representam 39% e os renováveis, 61% (OEA, com base em OLADE, 2020). [↑](#footnote-ref-7)
7. . De acordo com o FMI, os subsídios aos combustíveis fósseis foram de US$ 5,9 trilhões ou 6,8% do PIB em 2020, e espera-se que aumentem no futuro próximo. Fonte: <https://www.imf.org/en/Topics/climate-change/energy-subsidies>. [↑](#footnote-ref-8)
8. . Soluções baseadas na natureza em contribuições nacionalmente determinadas. Síntese e recomendações para reforçar a ambição e a ação em matéria de clima até 2020: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2019-030-En.pdf> [↑](#footnote-ref-9)
9. . [How much money is needed to fight climate change? | The Economist](https://www.economist.com/graphic-detail/2022/11/11/how-much-money-is-needed-to-fight-climate-change) [↑](#footnote-ref-10)
10. . [How to Scale Up Private Climate Finance in Emerging Economies (imf.org)](https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2022/10/07/how-to-scale-up-private-climate-finance-in-emerging-economies) [↑](#footnote-ref-11)
11. . OEA, 2022; Geleiras tropicais e mudança do clima, perspectivas de NDCs e adaptação: Análise e propostas a partir dos cenários de Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. [↑](#footnote-ref-12)
12. . Divisão de Estatísticas das Nações Unidas: <https://unstats.un.org/sdgs/dataportal/database> [↑](#footnote-ref-13)
13. [. Why Latin America’s economy has been so badly hurt by covid-19 | The](https://www.economist.com/the-americas/2021/05/13/why-latin-americas-economy-has-been-so-badly-hurt-by-covid-19) Economist [↑](#footnote-ref-14)
14. . CEPAL, Panorama Social 2022. Disponível em <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/48518> [↑](#footnote-ref-15)
15. [. Climate change and poverty: the perfect storm (worldbank.org)](https://blogs.worldbank.org/latinamerica/climate-change-and-poverty-perfect-storm?cid=SHR_BlogSiteTweetable_EN_EXT) [↑](#footnote-ref-16)
16. . [Promoting Climate Change Action in Latin America and the Caribbean (worldbank.org)](https://www.worldbank.org/en/results/2021/04/14/promoting-climate-change-action-in-latin-america-and-the-caribbean) [↑](#footnote-ref-17)